
AUDITÓRIO

A psicanálise nos interstícios da contemporaneidade

ENTREVISTA A **Mariano Horenstein**

CONDUZIDA POR **Sílvia Acosta**¹

1

Sílvia Acosta é Membro Associado da Federação Psicanalítica Latino-Americana (FEPAL) e da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP), membro do Sexual and Gender Diversity Studies Committee da IPA e Diretora-Adjunta da Revista Portuguesa de Psicanálise.

BIOGRAFIA

Mariano Horenstein é argentino, membro da Federação Psicanalítica Latino-Americana (FEPAL) e da Associação Psicanalítica Internacional (IPA), em que é um dos representantes para a América Latina — reeleito há poucas semanas —, e membro do grupo internacional de investigação Geografías del Psicoanálisis. Dirigi o Instituto de Formação Psicanalítica da Associação Psicanalítica de Córdoba (Argentina), instituição a que pertence e da qual é analista com funções didáticas. As suas publicações receberam várias distinções ao longo da sua carreira profissional, tanto dentro como fora do campo psicanalítico, nomeadamente o Prémio Lucien Freud, o Prémio Elise Hayman, o Prémio FEPAL, o Prémio Bergwerk e, recentemente, o Prémio Carolina Zamora da Associação Psicanalítica de Madrid. Além disso, dirige um projeto de entrevistas, denominado Conversaciones Infinitas, com o apoio da IPA, que está disponível e acessível no seu site pessoal (<https://marianohorenstein.com>).

SA: Querido Mariano, com estas linhas começo algo semelhante a uma entrevista. Se bem que sejamos conterrâneos, estamos em diferentes continentes, graças a estes movimentos de translocação. Faremos então esta entrevista por escrito, o que nos serve de desculpa para podermos voltar a um exercício infantil, esperando conseguir alcançar o tom de uma conversa que possa gozar do prazer do tempo e da espera. Por vezes, as plataformas virtuais diminuem a potência das palavras ou tornam-nas mais evanescentes. Partilho do teu ponto de vista sobre a relação incontornável do psicanalista com a escrita, que surge como um modo de lidar com o inefável, de dar corpo ao que sucede a cada instante na nossa prática e que logo a seguir desaparece. Escrever é deixar uma migalha no caminho, de modo que possamos voltar a ela mais tarde e encontrar novos significados.

Temos na RPP uma secção chamada «Auditório», na qual convidamos diferentes vozes, colegas e pensadores de diversas disciplinas que acreditamos poderem oferecer olhares que conferem novas significações, promovendo e divulgando um pensamento psicanalítico vivo. Nesta secção, será então publicada esta nossa conversa.

MH: É interessante que seja esse o nome da secção, nome que põe em relevo o que se ouve dizer; para lá do sentido contabilístico de uma auditoria, o que se põe em jogo é o que se escuta, ainda que contenha o sentido sublinhado pelo mundo jurídico — a audiência. Por outro lado, por ser o espaço de uma revista, é claro que se trata do que se lê. Mas a contradição é apenas aparente, pois os analistas, quando escutam, também leem aquilo que escutam. Por isso, a interpretação tantas vezes se serve das homofonias ou das ambiguidades ortográficas, como sublinhou Lacan.

O mesmo desdobramento se encontra no nosso diálogo, porque nos escrevemos — relembrando o género epistolar no qual Freud se destacou —, em vez de falarmos um com o outro. Mas também num certo sentido estamos a falar um com o outro, na mesma medida em que os adolescentes dizem que falaram com alguém, quando apenas escreveram e receberam mensagens através de um chat. Talvez a condição que me imponho nesta conversa seja escrever como se falasse, sem interromper o fio associativo, sem deixar marinar as ideias, sem recorrer aos livros para me certificar da precisão das citações... escrever como quem fala. Sem perder de vista que a nossa disciplina, se algo faz, é resgatar o tal «espírito da narração» de que falava Walter Benjamin, quase perdido, juntamente com uma certa dimensão da experiência, no momento em que Freud inventava o seu — nosso — dispositivo. Talvez o setting analítico restaure ou prolongue esse «espírito». No fim de contas, o nosso ofício poderia incluir-se sem dificuldade na antiga tradição da narrativa oral... sendo que, no nosso caso, não está ao serviço da distração ou da transmissão de experiências de uma geração a outra, mas, sim, da reconfiguração da experiência subjetiva, incluindo a passada, propiciando assim uma margem de liberdade inédita.

2

Horenstein, M. (2014). El jarrón y las semillas de girasol: Apuntes para una tradición por venir. *Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría*, 34(121), 223–234. <https://dx.doi.org/10.4321/S0211-57352014000100015>

SA: Pessoalmente, durante o meu trajeto encontrei-me contigo e com as tuas ideias de forma retrogressiva, ou seja, já havia lido os teus trabalhos antes, mas descobri-te de facto há quase dez anos através do teu artigo «El jarrón y las semillas de girasol: Apuntes para una tradición por venir»². Nessa época, começavas a desenvolver a ideia do binómio tradição-invenção, como termos que de algum modo se definem um ao outro. Ali, apercebi-me de que tinha diante dos meus olhos um grande contador de histórias.

Também se tornou visível outro par, o do analista-escritor (ou vice-versa), que tem vindo a dar os seus frutos desde há anos: os teus livros, os teus artigos, o gigantesco trabalho de dar vida à revista *Calibán* e as tuas conversas infinitas dão conta do prazer que tens em criar um enredo, um tecido que — curiosamente — não remete só para a palavra, mas que também joga com as várias dimensões do sensorial, manifestando um claro posicionamento estético.

MH: Nota como isso é paradoxal, porque na verdade tento ser um ouvinte de histórias, mais do que um contador. Mas talvez os dois aspetos, o de ouvir e o de contar histórias, estejam mais estreitamente relacionados do que parece à primeira vista.

Talvez a tua impressão tenha que ver com as minhas ideias acerca da transmissão da psicanálise, um tema central e estratégico numa disciplina que, mais do que ensinar-se, se transmite. Transmite-se de pessoa a pessoa, nessa singular experiência que é fazer uma análise. No que toca à transmissão — tema do qual me ocupo de diferentes formas —, não acredito muito no exercício talmudista dos textos canónicos ou na tentativa de tratar os parâmetros da nossa prática como se fossem variáveis replicáveis de uma experiência científica. Do meu ponto de vista, honra-se a tradição discutindo-a, e não a repetindo ecolalicamente. Isso implica uma tensão, mas ao mesmo tempo um espaço de jogo e invenção que para mim, pessoalmente, é refrescante — e mais do que isso, divertido. Quando o que fazemos se torna rotineiro, repetitivo e aborrecido, trate-se de uma análise, de um seminário, uma supervisão ou a leitura de um texto, estamos em maus lençóis...

Esse tecido a que te referes, que apela ao narrativo, mas também a uma certa opacidade mais ligada com o poético, ou com aquilo que — seguindo

Wittgenstein —, por não poder dizer-se, deve mostrar-se, torna esta combinação na que melhor se presta a uma disciplina tão inefável como a nossa.

Através de um seminário ou de uma supervisão, ou da condução de uma análise, da escrita ou da apresentação de uma conferência — todas elas formas de transmissão —, tento construir um espaço onde haja lugar para aquele que lê, espaços incompletos que interpelem o outro e que o levem a colocar aí algo seu. A arte contemporânea, desde Duchamp, funciona desse modo, um modo que me parece fértil para podermos pensar na interpretação psicanalítica.

É desse ponto de vista que o estético me interessa, não no sentido da peça de decoração mais ou menos prescindível — como se um analista devesse ser glamoroso ou culto, com interpretações cheias de referências culturais. A mim, parece-me que a cultura não é algo que se agrega à psicanálise, mas, sim, que a psicanálise faz parte da cultura, por isso tento pensar na cultura, na clínica e na teoria como parte de um mesmo continuum, como se estivessem numa fita de Möbius, num permanente relevo de uma mesma superfície.

3

Horenstein, M. (2020). *Brijuja y divan*. Viento de fondo.

SA: Creio que foi em *Brijuja y divan*³ que afirmaste que «os psicanalistas sabem bem que a nossa disciplina não é nem filosofia nem literatura», e ao mesmo tempo, uns parágrafos mais tarde, dizes que «é impensável o analista sem o filósofo e o escritor», apostando nos campos híbridos, limite, onde podem surgir ideias de fronteira, ou na fronteira. Parece-me que defendes que não há pensamento psicanalítico sem seguirmos os desvios, sem ir para os interstícios, sem resgatar as impurezas e os acidentes, sem pôr os detalhes em primeiro plano. A tua escrita defende uma certa itinerância, procurando recuperar esse «território litigioso» dessa aposta desejante por parte daquele que não tem garantida a sua sobrevivência.

MH: Penso exatamente assim. Creio que era Derrida que dizia que o mais interessante são as perguntas que surgem nas margens das disciplinas e não no seu epicentro. Numa disciplina como a nossa, com limites tão difusos e porosos, esse espaço potencial, ambíguo e lúdico é imenso. Essa zona fronteira, ainda que com todos os conflitos de «jurisdição» que conhecemos, é um espaço fértil para pensar. Temos uma disciplina que não consegue terminar o trabalho de se configurar como ciência de modo inequívoco, mas para compensar temos esta hospitalidade em relação a outros discursos, como os da arte, literatura, filosofia, incluindo o da ciência.

O nosso ofício tira partido do acidental. Foi acidentalmente que se deu a descoberta da associação livre ou do amor de transferência, e o mesmo acontece sempre que sublinhamos um lapso ou um ato falhado de alguém que se deita no nosso divã. A própria interpretação contém algo de acidental, mas no sentido de Paul Virilio, que falava de um «acidente controlado».

Quanto a não ter garantida a sobrevivência, e é claro que nem a psicanálise como disciplina, nem as nossas instituições psicanalíticas têm a sua sobrevivência garantida, isso constitui um problema, mas ao mesmo tempo é um antídoto para a letargia intelectual, um estímulo para continuar a fazer parte da contemporaneidade, para estar à altura do *Zeitgeist*... para que sejamos orientados pelo desejo, e não por alguma espécie de conforto intelectual ou profissional.

Também falas de interstícios, e essa é uma palavra da qual gosto cada vez mais. Na clínica, trabalhamos numa zona intersticial, se quisermos, uma zona entre a vida e a morte, povoada de fantasmas que por vezes aprisionam a vida. É de notar que o tecido intersticial ocupa mais de um quinto do nosso corpo. Temos enorme fascínio pelos espaços delimitados — os corpos biológicos ou sociais, as geografias identitárias, as mentes — e perdemos de vista que somos feitos de interstícios. Talvez o analista mais do que ninguém habite esse espaço intersticial, que é um espaço onde se privilegiam as relações — entre significantes, entre sujeitos, entre mundos, entre saberes — e onde a presença da ausência é inevitável.

Falas também de aposta desejante, adoro essa formulação. Não há psicanálise sem aposta desejante. Repara que sempre que se anuncia o fim da psicanálise e a morte de Freud, isso acaba por não acontecer. Talvez haja algo de estrutural aqui: precisamos de pensar que o nosso ofício está sempre à beira do abismo, que não temos a garantia de que vamos sobreviver... Vulgarizada, submetida às modas, confortável, a psicanálise desaparece.

SA: Quando apresentaste a tua intenção de te maneres no quadro da IPA, falavas do valor e da possibilidade de aproximar a América Latina da IPA. Será que isso tem que ver com esta ideia de recuperar o valor das margens? Quero dizer, retomas ideias como a prática da hospitalidade, o antídoto para a letargia intelectual, a valorização dos acidentes... pode pensar-se essa aproximação a partir de qualquer um destes vetores...

MH: A minha relação com as instituições implica sempre uma certa tensão, que procuro que seja produtiva. Trabalho na América Latina e é inevitável que olhe para o mundo psicanalítico desde esse lugar. Ao mesmo tempo, escolho pertencer à IPA, em cujo quadro tenho circunstancialmente a honra de participar. Como muito se tem falado, uma instituição analítica é um oxímoro: se é analítica, o facto de ser instituição deve estar sempre em discussão, está sempre em cheque. Pertencemos à instituição mais antiga, mais abrangente e mais prestigiada internacionalmente, que beneficia da diversidade geográfica e das distintas culturas psicanalíticas nela incluídas.

A América Latina deve muito à Europa, muitíssimo. Somos de algum modo aquilo que Octavio Paz chamava de Extremo Ocidente. E somos também, se quisermos aplicar a lógica inerente à versão épica dos descobrimentos, um ato falhado de Cristóvão Colombo, que tinha a intenção de chegar a outro lado e que por acidente nos «descobriu». Há uma grande ironia nisto, porque se descobriu um mundo novo... do ponto de vista da Europa. Mas também porque muitos de nós, eu inclusive, temos mais que ver com os conquistadores do que com os conquistados. Somos também herdeiros da Europa, produtos de fluxos migratórios.

Com essa dívida, em parte impagável, creio que o melhor que se pode fazer é devolver transformado aquilo que foi recebido, à laia da Antropofagia brasileira. Francamente, creio que a IPA, fundada na Europa por europeus transumantes, tem muito a ganhar se se abrir de forma hospitaleira à América Latina. Hospitaleira no sentido de Derrida — também ele um europeu, mas marginal, um judeu nascido na Argélia —, ou seja, uma hospitalidade ao estrangeiro, que é quem verdadeiramente traz as questões para cima da mesa.

Uma posição eternamente submissa, mimética ou repetitiva em relação àquilo que foi cunhado na Europa, além de dar cabo do pensamento fértil que vem das margens latino-americanas, também não faz bem ao pensamento europeu, que assim se vai repetindo sem criatividade, idolatrado, mas empobrecido.

Quando o afirmo, não deixo de ter presente que Portugal também tem um lugar marginal na Europa. Por momentos, podemos fazer o exercício de ignorar que o Atlântico existe, e imaginar a corte portuguesa a reinar a partir do Rio de Janeiro como aconteceu no passado; se calhar, não foi apenas produto de uma conjuntura história pontual, mas também um sintoma ou um lapso, como uma pequena revelação.

SA: Trago para a conversa algo que já escreveste, a tua proposta acerca de uma geografia psicanalítica. O estrangeiro, o marginal, as fronteiras, o mapa, a cartografia são as primeiras palavras que me saltam à vista nos teus textos e que se entrelaçam com a noção de geografia.

MH: Há muitos anos conheci uma colega italiana, Lorena Preta, e esse encontro foi fundamental para mim. Partilhando textos, ficava visível que havia

uma sobreposição entre os nossos interesses, uma perspectiva de pensar na psicanálise que não era escolástica ou institucional. Como eu, Lorena tinha tido a experiência de editar a revista *Psiqué* da sua Sociedade (a Sociedade Psicanalítica Italiana), e em específico um número particular intitulado «Geografias da Psicanálise». A partir daí, formou-se um grupo liderado por ela, com um pé na Itália e outro na esfera internacional, com quem nos reuníamos periodicamente em diferentes lugares — Teerão ou Viena, Roma ou Nova Deli —, animados tão só pelo puro desejo de pensar no cruzamento entre geografia, psicanálise e mente.

Desde há algum tempo que eu pensava que era a qualidade de ser estrangeiro o verdadeiro lugar do psicanalista, e que a formação analítica não era outra coisa senão tornar-se estrangeiro, aprender a lidar com a própria língua como se fosse uma língua estrangeira. Os encontros, as interlocuções com as «Geografias da Psicanálise», onde participam de entre outros Sudhir Kakar, da Índia, Gohar Homayounpour, do Irão, foi um espaço fértil para tornar mais precisas essas intuições partilhadas. Aliás, todos os significantes cartográficos encontram lugar nas nossas interações, numa coleção de livros que produzimos e nos encontros que organizámos. É um trabalho em curso, não sistemático, mas que coloca a singularidade do lugar no centro. Talvez se trate do inverso da estandardização que tem imperado no mapa institucional psicanalítico desde 1920, que procura garantias naquilo que se pode replicar, de forma o mais idêntica possível, quer num lugar quer noutro... Aqui, trata-se, pois, de realçar as diferenças, de tirar proveito delas, de observar até que ponto as diferenças nos interpelam.

SA: Há algum tempo que temos um espaço analítico potencial desligado das localizações, que vivemos num plurilinguismo emergente próprio do apagamento dos limites territoriais. Como se relaciona isto com a tua ideia do consultório como espaço de resistência?

MH: Na tua pergunta, trazes a lume a língua, além da geografia, e esse é um ponto central. Há muitos modos de o abordar. Um desses modos é aceitar o império de uma língua franca, que hoje sem dúvida seria o inglês, como antes foi o grego e como, quem sabe, em algumas décadas, será o mandarim. Por trás do evidente lado prático de uma língua franca, que geralmente está ligada a uma potência económico-político-militar e cultural que num determinado momento é hegemónica, isto tem consequências imediatas. Em primeiro lugar, os que não falam a língua franca são imediatamente considerados bárbaros. Aliás, esta palavra vem de bar-bar-bar, uma espécie de *blá-blá-blá*, que é como soavam aos ouvidos gregos as línguas desconhecidas dos outros.

Bárbaros eram os que não falavam grego, ou os que hoje não se fazem entender em inglês. Pensemos no português, uma língua que, dentro da nossa instituição, é falada por quase tantos analistas como os que falam alemão, e o dobro dos que falam francês. No entanto, não é ainda uma língua oficial — o que quer que isso signifique — na IPA. Há de sê-lo, e aliás foi uma das coisas que propusemos, continuando o trabalho de anos de muitos outros, e esta administração está aberta a que isso possa acontecer. Mas se acontecer, é o efeito de uma luta, que não está garantida de antemão. O que sucede com as línguas, onde os falantes da língua franca gozam de uma vantagem importante em relação aos outros, sucede também no plano teórico: determinadas teorias convertem-se, em determinadas circunstâncias espaciotemporais, numa língua franca. E do ponto de vista dos falantes dessa teoria, todos os outros são bárbaros. Quer seja dos kleinianos em relação aos freudianos, ou dos lacanianos em relação aos bionianos. Esse afã da universalidade é um problema na psicanálise. Sinto-me próximo da Barbara Cassin, quando diz que para se poder ponderar o que é efetivamente uma língua, precisamos de mais do que uma — e o mesmo podemos dizer das linguagens teóricas.

Parece-me que as perspectivas mais interessantes dentro da psicanálise se jogam entre linguagens, entre teorias, mais do que dentro de cada uma

delas. O problema é que nos faltam os interfaces, as pontes, os espaços para poder pôr em jogo as diferenças, o imprescindível «mais do que uma». O mais importante joga-se na forma de conceber a tradução. Assim como os migrantes são hoje o paradigma da contemporaneidade, a tradução é o paradigma da discussão psicanalítica futura.

Ao pensar no lugar do analista como estrangeiro, com o estatuto de *metoikos* — essa espécie de estrangeiro que habita numa cidade —, dei com a história de Delos. Em determinado momento, decidiu-se que ninguém podia nascer ou morrer em Delos, a ilha grega que fazia a ponte entre o Ocidente e o Oriente. As grávidas, antes de darem à luz, deviam mudar-se para outra ilha, tal como os moribundos e os cemitérios. Daí em diante, ninguém podia dizer-se nativo de Delos, ou que tinha os seus antepassados aí enterrados. Assim, todos os seus habitantes seriam estrangeiros. Não me ocorre melhor imagem para representar a pátria dos psicanalistas.

Na microfísica do nosso ofício, cada consultório analítico — seja físico ou virtual — é uma espécie de embaixada de Delos, um espaço estranho, uma zona intermédia entre a vigília e o sono, como definia um analisando perspicaz, onde tudo o que se diz é fictício e ao mesmo tempo mais verdadeiro do que em qualquer outro lugar. Esse espaço de intimidade absoluta, onde se fala uma língua que aí se constrói pacientemente, é também um espaço de resistência. Desde logo, de resistência à uniformização a que obriga o capitalismo contemporâneo. É um espaço que, em termos estruturais, aparece como o contrário do que Lacan definiu como o Discurso do Amo. A análise, que não poderia ter-se desenvolvido senão dentro do capitalismo, resiste aos seus efeitos implacáveis, acolhe os seus feridos, como dizia Colette Soler, converte-se num santuário de necessária intimidade e singularidade.

SA: Isso que escreves tem inúmeras ressonâncias. Durante muito tempo, trabalhei em investigação em psicanálise, escrevendo na língua da ciência, até que a abandonei literalmente quando percebi que o método se sobrepunha a qualquer possibilidade de surpresa. A língua franca é muitas vezes uma adaptação económica a uma perda. No meu período IPSO, comunicávamos em inglês. Sem dúvida, quando nos encontrávamos, o inglês que falávamos uns com os outros era uma espécie de Frankenstein, produto das nossas diferentes origens, das nossas línguas maternas, das nossas competências linguísticas, dos costumes do momento. Era uma espécie de versão condenada e conscientemente desviada que dava lugar a um dialeto que nos fornecia identidade e pertença. Permitia-nos ser transversalmente estrangeiros, brincar com a língua e desfrutar do artifício.

Nesse sentido, resgato a ideia que trazes da tradução. Dizes que é a discussão da psicanálise do futuro. Se assumirmos que a língua franca tende a eliminar as idiosincrasias, os detalhes, as subtilidades, as tonalidades, os equívocos, em prol de uma determinada eficácia comunicacional, creio que a tradução de que falas coincide com o debate entre arte e instrumento — a língua (ou a psicanálise) como arte ou como ferramenta. Uma tradução instrumental, semântica ou semiótica (como defendia Jacobson há umas décadas)? Qual é então o desafio dessa discussão por vir?

MH: Borges disse em algum momento que o inglês o fascinava mais do que nenhuma outra língua, dado que incluía duas vertentes, a anglo-saxónica e a latina. Por exemplo, pode dizer-se *loneliness*, mas também pode dizer-se *solitude*. A possibilidade de albergar duas tradições linguísticas é maravilhosa, pois uma língua corresponde a um modo de pensar. O inglês presente na nossa interação aproxima-se muito do *bad English*, que — tal como dizia Bolognini com ironia — é a verdadeira língua oficial da IPA. A língua única aplanada, e, ao contrário, ganha-se em amplitude quando se pensa entre várias línguas. Para usufruirmos da vantagem de um intercâmbio instrumental numa língua transacional empobrecida, que claramente não é o inglês de Shakespeare, diminuímos nas nossas possibilidades. Seguindo o que contas da tua

experiência, o mesmo sucede com a pretendida língua franca neopositivista, o paradigma cientificista importado pela psicanálise e totalmente alheio à escrita freudiana. Havendo uma tradição que impõe essa língua franca na escrita de papers, aí morre novamente o que de novo a psicanálise traz, que se lê melhor nas ambiguidades das línguas, nas suas margens, no que evoca e conota, mais do que naquilo que denota. Por isso, penso que o ensaio é o melhor formato para contar e discutir a psicanálise, e aprecio mais as discussões que misturam diferentes línguas, seguindo um pouco aquele velho sonho de Umberto Eco. Ele dizia, a propósito de uma Europa multilíngue, que não se tratava de cada um falar a língua do outro, mas poder falar a própria língua e ser entendido pelo outro — porque em nenhuma língua senão na materna poderão expressar-se os matizes inerentes a um mundo interno, uma cultura, um universo.

SA: Por outro lado, a palavra geografia leva-me para outras metáforas que usas como bússola e viagem. Formas de descobrir e de nos orientarmos em novos territórios, como oportunidades onde os nossos catálogos prévios mostram a sua inutilidade.

MH: Partindo das recomendações freudianas, a análise implica que o saber prévio deve ser esquecido, tornando-se inútil perante cada novo encontro, cada nova sessão. O que chamas de «catálogos prévios» talvez mais não seja do que o modo como fomos contados, como fomos pensados pelo Outro, tanto no singular, como no coletivo, incluindo a forma como fomos pensados teoricamente. O modo como fomos «formatados» (refiro-me aqui aos nossos fantasmas fundamentais), para lá das suas possibilidades, revela sobretudo os seus limites. Porque esse é um saber inútil quando enfrentamos o novo, onde nos convertemos simultaneamente em cartógrafos e exploradores, mapeando o que descobrimos ao mesmo tempo que exploramos. É naquelas opacidades que aparece o lugar do que fica por descobrir, e se existe uma bússola para nos orientarmos na escuridão, creio que se aninha no desejo do analista.

Maimónides, o sábio judeu que nasceu em Córdoba de Al-Andalus, escreveu um texto chamado *Guía de los perplejos* (*Guia dos perplexos*). Não é um mau título para pensar na tarefa analítica, pois não?

SA: Temos um diálogo permanente com o futuro, que trata de alojar e de nos alojarmos a partir da tarefa de conservarmos um sentido para a nossa prática. Queria saber se poderíamos imaginar a cartografia necessária para uma psicanálise que ainda não nasceu a partir de três significantes que formam parte da matriz das tuas ideias: lugar, arte, aposta. Que te parece o desafio?

MH: Oxalá tivéssemos um diálogo permanente com o futuro! É com isso que sonho! Mas muitas vezes deparo com um certo fascínio pelo passado... Woody Allen dizia que lhe interessava muito o futuro, porque era aí que iria passar o resto da sua vida. Subscrovo! Pensar no sentido da nossa prática apenas a partir do passado parece-me problemático. Sabemos que o passado condiciona o futuro e estamos acostumados a lidar com os seus efeitos na clínica. Agora, se partirmos da ideia freudiana de *Nachträglichkeit*, o presente também torna legível e condiciona o passado. E do mesmo modo, o futuro, que irá provavelmente transformar a nossa forma de ver o presente. Isso sucede na clínica também: sabemos que há pouca clínica sobre o fim da análise, em comparação com tudo o que sabemos do princípio da análise. Mas na verdade, a ideia que cada analista tem do que é o fim da análise tem efeito na análise desde o seu início, desde as primeiras intervenções do analista. O futuro é algo que fazemos existir hoje, e se não o fizermos, corremos o risco — necessário porque estimula o pensamento — de converter a análise na história de um falhanço anunciado.

Neste contexto, como resposta ao teu desafio, aqui ficam algumas associações livres à volta das três palavras propostas.

Lugar — algo que tem sido descuidado ao longo dos cento e vinte anos da história da psicanálise, perante a primazia que é dada ao tempo. Apesar de encontrarmos, desde o início, uma dimensão topográfica, tópica e logo topológica do aparelho psíquico, não costumamos pensar na influência do lugar sobre a subjetividade — mesmo quando a nossa poderia ser uma disciplina topocêntrica. O lugar condiciona tudo o que uma pessoa é capaz de dizer, e por isso é preciso aprofundar as suas determinações. Não se trata de determinações mecânicas, claro. Há um estudo artístico colombiano que tem um nome que adoro, e talvez venha aqui a propósito. Chama-se, jogando com e invertendo a expressão habitual, «Com dúvida» (Lugar a dudas).

Arte — enquanto referência, é bastante mais interessante do que a ciência para orientar uma reflexão sobre a psicanálise. Creio que temos mais traços comuns com os artistas do que aquilo que queremos admitir. Isso fica escondido pela dimensão de profissão liberal pequeno-burguesa assumida pelo nosso ofício, e isso parece-me problemático. Tanto o modo de lidar com a singularidade, como o traço que habitualmente encontramos nos artistas de resistência à uniformização têm muito que ver com a nossa prática. Mas eles estão sempre à nossa frente. Mais atrás, dizia que nós vamos cartografando e explorando, mas na verdade são eles que verdadeiramente exploram, nós chegamos depois, para mapear o território que eles descobriram.

Aposta — gosto de pensar em tudo em forma de aposta, em termos de risco assumido. Isso garante que há um desejo em jogo. Não fazemos apostas cegas, mas apostamos. Logo à cabeça, apostamos que, a partir da nossa escuta, surgirá um sujeito, o que nunca está dado à partida. Apostamos que o nosso trabalho terá frutos, sem saber bem quais serão. Apostamos na sobrevivência de uma disciplina na qual jogamos a vida, sem nenhuma garantia de que chegaremos a bom porto. Ainda assim, quando o mais precioso da vida — a vida ela mesma, e aqui cito Freud — não pode ser posto em jogo, algo se perde.

SA: Talvez a consciência de que a psicanálise se pratica num viés spatiotemporal que se alimenta do desejo do artista/analista, dialogando sempre com a perda, seja um apelo a um certo exercício de humildade...

MH: Claro. A análise não é uma boa profissão para as almas narcísicas. Por muitos motivos: um deles é porque quotidianamente lidamos com a castração, que o comum dos mortais consegue ilusoriamente manter à margem na maior parte do tempo. Mas não só, também porque o ato analítico é intrinsecamente anticapitalista — aspeto tão bem estudado por Colette Soler —, e se houver um saldo que sai da operação analítica, quem o capitaliza é o analisando. O analista, enquanto funcionar como tal, nem sequer cria uma reputação no seu labor quotidiano. Claro que pode forjar-se uma reputação escrevendo, fazendo seminários, dando conferências, teorizando... mas na intimidade da tarefa analítica, o seu destino — como o do flogisto — é desaparecer. O flogisto é a substância que os alquimistas medievais achavam que era responsável pela combustão. O analista é o flogisto, propicia a combustão transferencial, tão amorosa como fértil, e desaparece de seguida. O saldo, no fim do processo, é ficar reduzido a um resíduo. O seu destino é o esquecimento. Ao contrário de outras profissões, fácil e eternamente idealizadas, como a do médico, a do intelectual e a do artista, um analista pode ser fortemente idealizado em determinados momentos da cura, mas nunca no final, quando se desfaz a transferência. Se isso não sucede, é razão para se perguntar se essa análise terminou de facto...

A humildade a que te referes é então imprescindível e efeito da nossa prática, mais do que uma virtude moral. Como uma vez ouvi, nós, os analistas, estamos habituados a que nos deixem. É algo que sucede no final de uma análise, somos deixados. E às vezes, ainda bem que nos deixam, porque isso possibilita novos começos.

SA: Finalmente, no teu livro *Psicoanálisis en lengua menor*⁴, desafiando certa postura mítica ou referencial, dizes que a prática analítica é um assunto de fracassados, uma prática discursiva de malfeitores, profana e anacrónica, e que aí reside certamente o seu poder. Podes desenvolver esta ideia?

MH: O tema dos fracassados não é senão uma constatação. Há alguma palavra que soe mais ridícula aos ouvidos de alguém que embarcou nesta aventura quotidiana da prática analítica, dos seus tropeções e dos seus resultados, do que a palavra *éxito*? Sem querer romantizar o fracasso, este é parte da nossa experiência quotidiana, como analistas e como seres pertencentes a esta frágil espécie, definida a partir da consciência do fim. Não há vida que não termine na morte, algo que determina retroativamente o que naquela vida pode acontecer, incluindo em termos de desejos e sucessos. É ao fracasso que vamos beber, é o fracasso — da vida, ou do suporte que lhe dá o fantasma ou da precária satisfação que concedem os sintomas — que faz com que alguém nos consulte, alguém que até pode ser muito bem-sucedido noutros aspetos. Foi o fracasso que fez avançar a teorização psicanalítica, como assinalou Néstor Braunstein: nenhum caso freudiano é um sucesso sustentável em termos terapêuticos. É o que não alcançamos que nos leva a querer mais, é o inacessível que se converte no esboço de novos desejos. Mas claro, há que saber fracassar, há que saber fazê-lo da melhor forma. Ao estilo de Beckett, quando dizia «try again, fail again, fail better» — trata-se de aprender a fracassar de forma cada vez melhor.

Que a nossa é uma prática discursiva é evidente. Quer se pense ou não num inconsciente estruturado como uma linguagem, trabalhamos com palavras, escutamos palavras, intervimos — às vezes felizmente sob a forma de uma interpretação — através das palavras. O que não implica menosprezar os afetos ou os aspetos pulsionais em jogo, mas até isso se converte em palavras. Incluindo para chegar a esse limite onde, no dizer de Beckett, «there is nothing else to tell»; quando chegamos a esse limite do simbólico, só contamos com palavras para o nomear, para expandir, se possível, o território do nomeável, como quem constrói praias artificiais para roubar alguns milímetros ao mar. Os psicanalistas tratam as palavras como algo precioso, como os poetas, e encontramos na maleabilidade da língua, na multiplicidade ou monotonia das palavras, as pistas que orientam a nossa escuta. Quando na psicanálise negamos ou desvalorizamos o valor das palavras, às vezes alinhado com um certo cientificismo que esteriliza o nosso ofício, o que fazemos é sublinhar outras palavras, as de uma suposta metalinguagem asséptica neopositivista, que se afasta da verdade e da dor — as quais estão em jogo na nossa clínica como em nenhuma outra.

Quando digo que a nossa é uma prática de malfeitores, é porque todos sabemos que não há aí nenhum tipo de caridade. E na verdade, quando aparece o desejo de ajudar, o trabalho empanca. Não é a ética do Bem que se joga no nosso ofício, em todo o caso a do bem dizer (Lacan dixit). Há uma anedota freudiana que o ilustra melhor do que qualquer coisa que eu possa dizer. Numa carta a Pfister, um pastor protestante que se encontrava de entre os seus primeiros discípulos, Freud disse-lhe — espero não estar a trair demasiado com a tradução — que não poderia obter bons resultados como analista, porque era demasiado bom; quer dizer, era alguém que agia sob a ética do Bem, sem dúvida relacionada com a religião. O analista — continuava Freud — tem de se comportar como o pintor, capaz de gastar todo o dinheiro da família para comprar tintas, ou queimar móveis para que o seu modelo não passe frio. Sem esse carácter de malfeitor — continuava —, o analista não pode ter bons resultados. Estou de acordo com isso, nada me aterroriza mais do que as boas intenções e uma certa moral psicanalítica, às vezes camuflada como um passageiro clandestino debaixo de certos discursos, inclusive teóricos.

O carácter profano que sublinhas tem que ver com a posição do analista, essa ética implacável que, talvez paradoxalmente, toma como texto sagrado as palavras do analisando, mas para o profanar, para o fazer dizer mais do que

aquilo que queria dizer. Não há limites — nem do politicamente correto, nem do senso comum, nem da urbanidade ou da piedade — que devam limitar a escuta implacável do analista, orientada por essa ética tão particular que é a nossa. Creio que essa posição também é profana porque se afasta de uma certa postura doutoral — que ao fim de contas tem sempre uma dose de impostura. Na verdade, escutar em psicanálise implica sempre esquecer o que já se sabe, pôr a ingenuidade como ponto de chegada após um longo e trabalhoso percurso de formação, para chegar ao que Nicolau de Cusa chamava de ignorância sábia.

Ao mesmo tempo, a nossa prática é claramente anacrônica. Longe de ser um inconveniente, para mim é um dos fatores da sua eficácia. Nota que é uma prática que resistiu bem à pandemia e aos confinamentos, à virtualização forçada, e parece que sobreviverá também à inteligência artificial, que põe em perigo tantos outros ofícios. É anacrônica em muitos sentidos: pela austeridade do seu dispositivo, que pouco mudou em cento e vinte anos, em sentido contrário ao da revolução tecnológica. É também anacrônica no sentido em que assinalava Agamben, pois na sua não atualidade consegue observar de forma fina a contemporaneidade, mais do que outras práticas que estão na moda. É anacrônica no sentido em que o são os vinis ou o cinema, que se acreditava irem ser substituídos pelos DVD, ou os MP3, ou a televisão por cabo, mas que na verdade se mostram inabaláveis, ou se convertem em objetos de culto. Ou do mesmo modo que sucedeu com o Bactrim, um velho antibiótico deixado de lado após a invenção dos antibióticos de última geração, mas que, perante a resistência desenvolvida pelas bactérias, recuperou um papel quando se acreditava que estava ultrapassado. Mas estou a falar de um anacronismo fértil, não na cómoda referência à tradição ou a um passado que se presume glorioso; estou a falar de uma posição que esteja sempre em diálogo com a contemporaneidade, que tem efeitos transversais, desde a forma como os pacientes se apresentam até às formas como aparece a demanda em psicanálise.

SA: Temos estado a conversar/escrever acerca das condições da prática da psicanálise — nomeando-a no singular, quando evidentemente é mais do que uma —, nós que somos dois hispanofalantes que serão publicados em português, referindo-nos às tensões existentes nas traduções e à pretensão de uniformidade de língua e de teoria. Este não é um pormenor. Partilhamos com a língua portuguesa as nossas raízes românicas — daí várias semelhanças semânticas e as nossas afinidades poéticas —, e ao mesmo tempo somos falados e pensados noutro continente, mais jovem, mais turbulento, aparentemente mais instável. Que achas que vai ser mais difícil de traduzir?

MH: Tenho com o português uma relação como a que se pode ter com uma amante — peço desculpa pelo desvio —, enquanto o meu casamento acontece em castelhano. Há uma dúzia de anos que viajo para o Brasil com frequência e trabalho com colegas brasileiros de formas diversas. É uma língua que leio e compreendo, da qual preciso pela sua diferença. Os países hispanofalantes têm repetido na América Latina aquilo que aconteceu nos países anglofalantes no mundo, convertendo a nossa língua numa língua franca, o que é também um subtil exercício de poder. A presença do português permite-me sustentar essa tensão entre duas línguas, para que não me esqueça de que há sempre mais do que uma, a presença do português recorda-me de que não percebo tudo... mesmo em castelhano. O desafio do analista é lidar com a própria língua como se fosse uma língua estrangeira, algo que é fácil de esquecer quando nos movemos num mundo monolinguístico.

Tu acrescentas ainda outra coisa, a variável geográfica, porque o meu castelhano não é o de Espanha. Eu venho de um sítio onde por vezes o estado de bem-estar é impossível de imaginar e certos sucessos europeus estão longe de estarem adquiridos, e por isso creio que somos capazes de habitar e sonhar o futuro de forma diferente, incluindo o futuro da psicanálise. Interessa-me pensar na língua segundo o modelo da língua menor, tal como estudaram

Deleuze e Guattari. A língua menor obriga a uma desterritorialização da maior, traz o que os autores chamaram de «coeficiente de desenvolvimento». O castelhano e o português são, frente ao inglês, línguas menores. E talvez também o sejam o castelhano de Rio da Prata, o português do Brasil ou o spanglish em relação aos seus referentes de origem. Também o eram o *yiddish* ou inclusive o alemão de Freud, que dominava essa língua e ao mesmo tempo a habitava enquanto homem estrangeiro — como Walter Benjamin ou Kafka. Essa qualidade de ser estrangeiro, indispensável para o exercício do nosso ofício, tende a diluir-se quando nos movemos dentro das fronteiras (seja de um país, de uma língua ou de uma teoria).

Enquanto falávamos, ocorreu-me que talvez devêssemos pensar no nosso ofício, na conceptualização que fazemos dele e na orientação que damos à nossa prática (incluindo no modo como nos organizamos institucionalmente) como Pessoa e os seus heterónimos. Há aí um jogo muito belo entre o que permanece e o que muda, e como o que muda — não sem risco, claro — expande o nosso horizonte, oferece possibilidades inéditas. Esse jogo de mutações e permutas é talvez o mais difícil de traduzir, mas também o mais interessante. Esse algo intraduzível que habita cada língua — por exemplo, a palavra portuguesa «saudade» — é o que faz dela única e misteriosa, é o que nos salva da convicção de que percebemos tudo. A tradução que me interessa não é a réplica ilusória de que aquilo que se diz numa língua se pode dizer na outra, mas aquela — como dizia Foucault, creio — que torna incompleta a língua de chegada, a que a bombardeia como um projétil. 🎯

TRADUÇÃO

Ana Teresa Vale (Membro
Associado da Sociedade
Portuguesa de Psicanálise)